

ECONOMIA

www.twitter.com/gazetaeconomia

Valorização. O real forte está ajudando em uma das maiores renovações do parque industrial brasileiro. Nos últimos quatro anos, o país importou US\$ 124 bilhões em bens de capital (entre 2007 e outubro deste ano).

OS DESAFIOS DA APOSENTADORIA



Alternativa. Mudanças, se aprovadas, vão atingir apenas os servidores que ainda vão entrar

Regras para se aposentar no serviço público vão mudar

A113436

Rombo é maior do que o do INSS. União estuda acabar com aposentadoria integral

As novas regras que o governo quer aprovar

Ideia é criar um fundo especial para os servidores dos três poderes

MIKAELLA CAMPOS
malmeida@redegazeta.com.br

Muitos sonham em entrar para o serviço público, pensando na aposentadoria recheada. Mas saiba que o sistema previdenciário do funcionalismo também passa por problemas graves. O rombo, segundo consultores econômicos, é até maior do que o do INSS. E o jeito para evitar uma catástrofe será mexer em várias vantagens.

O governo federal estuda inclusive acabar com a aposentadoria integral. Hoje, o servidor se aposenta recebendo o mesmo salário da ativa. Ao que tudo indica, para cortar gastos, o benefício do funcionalismo poderá ter como teto máximo o mesmo valor dos aposentados da iniciativa privada.

A mudança é bastante questionada pelas centrais sindicais dos servidores. No entanto, para evitar corte na renda, uma alternativa seria a criação de um fundo de previdência complementar, para todos os servidores, principalmente os ligados a poderes executivo, judiciário e

■ **O que vai mudar.** As aposentadorias dos servidores vão ser igualadas ao pagamento dos inativos da iniciativa privada.

■ **INSS.** Será criado um fundo especial para servidores dos poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e Ministério Público. As contribuições serão geridas também pelo INSS.

■ **Investimento.** Todas as contribuições serão capitalizadas. A ideia é pagar as aposentadorias com os rendimentos adquiridos no mercado financeiro.

■ **Novo teto.** O teto máximo de pagamento será igual ao dos segurados do INSS. Hoje, a Previdência Social paga como valor máximo R\$ 3.467. No funcionalismo público, a maior aposentadoria tem o mesmo

salário do ministro do Supremo Tribunal Federal: R\$ 26.723,13.

■ **Previdência complementar.** O funcionário público que quiser uma renda mais alta terá a chance de participar de fundos de previdência complementar. Hoje, o modelo já é adotado por grandes empresas, como a Petrobras e Vale. Ao sair da ativa, o servidor teria direito a aposentadoria comum mais o rendimento extra garantido pelas contribuições ao fundo privado.

■ **Setores afetados.** As mudanças vão ser colocadas para todas as esferas públicas, como União, Estados e prefeituras.

■ **Quem vai entrar no novo modelo.** Serão incorporados ao novo modelo apenas os novos servidores.

Gasto com aposentados no setor público

Em todo o país, o gasto total é de R\$ 80 bilhões

O rombo é de em média R\$ 60 bilhões, mais do que o INSS (R\$ 47 bilhões)

União

▶ São usados R\$ 20 bilhões para pagar os funcionários inativos da União, cerca de 40% da folha de pagamento do funcionalismo público.

▶ R\$ 18 bilhões só para pagar os aposentados do poder executivo

▶ Cerca de R\$ 624 milhões são gastos no legislativo

▶ Os gastos com os aposentados do Judiciário são aproximadamente de R\$ 1,4 bilhão

▶ Ao todo, são 376.113 aposentados

Espírito Santo

No antigo modelo de gestão

▶ O governo do Estado gasta cerca de R\$ 107 milhões por ano com o pagamento de aposentados

▶ A arrecadação é de R\$ 38 milhões no modelo

▶ O governo precisa arcar com uma despesa de R\$ 69 milhões para pagar os aposentados

▶ São 24.810 mil inativos e 5.590 pensionistas

Novo modelo (fundos de capitalização)

▶ Os servidores que entraram após 2004 têm suas contribuições aplicadas no mercado financeiro

▶ Cerca de 6,6 mil estão enquadrados no novo modelo

▶ 7 segurados recebem o novo benefício

▶ Em seis anos, já existem aplicados R\$ 297 milhões

Rombo é maior do que o do INSS. União estuda acabar com aposentadoria integral

MIKAELLA CAMPOS
malmeida@redgazeta.com.br

Muitos sonham em entrar para o serviço público, pensando na aposentadoria recheada. Mas saiba que o sistema previdenciário do funcionalismo também passa por problemas graves. O rombo, segundo consultores econômicos, é até maior do que o do INSS. E o jeito para evitar uma catástrofe será mexer em várias vantagens.

O governo federal estuda inclusive acabar com a aposentadoria integral. Hoje, o servidor se aposenta recebendo o mesmo salário da ativa. Ao que tudo indica, para cortar gastos, o benefícios do funcionalismo poderá ter como teto máximo o mesmo valor dos aposentados da iniciativa privada.

A mudança é bastante questionada pelas centrais sindicais dos servidores. No entanto, para evitar corte na renda, uma alternativa seria a criação de um fundo de previdência complementar, para todos os servidores, principalmente os ligados ao poderes executivo, judiciário e legislativo de âmbito federal.

“O novo governo vai ter que pensar em soluções não só para a previdência geral, mas também para o funcionalismo. Os custos para manter os servidores aposentados são altos e isso tem deixado a previdência pública quebrada. Não basta apenas colocar uma idade mínima para se aposentar. O grande problema é a garantia do salário integral para o inativo. Várias reformas foram feitas, mas nenhuma ainda resolveu o problema previdenciário. O rombo previdenciário do funcionalismo já chega a mais de R\$ 60 bilhões”, destaca o economista e professor da Fucape Arilton Teixeira.

Hoje, os aposentados do serviço público chegam a ganhar R\$ 26,7 mil, o mesmo salário do ministro do Supremo Tribunal Federal. E o valor máximo pago pelo INSS é de R\$ 3.467,40.

Com essa mudança proposta pelo governo federal, que está em análise no Congresso Nacional, seria criado um fundo previdenciário para todos os funcionários da União, Es-

As novas regras que o governo quer aprovar

Ideia é criar um fundo especial para os servidores dos três poderes

■ **O que vai mudar.** As aposentadorias dos servidores vão ser igualadas ao pagamento dos inativos da iniciativa privada.

■ **INSS.** Será criado um fundo especial para servidores dos poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e Ministério Público. As contribuições serão geridas também pelo INSS.

■ **Investimento.** Todas as contribuições serão capitalizadas. A ideia é pagar as aposentadorias com os rendimentos adquiridos no mercado financeiro.

■ **Novo teto.** O teto máximo de pagamento será igual ao dos segurados do INSS. Hoje, a Previdência Social paga como valor máximo R\$ 3.467. No funcionalismo público, a maior aposentadoria tem o mesmo

salário do ministro do Supremo Tribunal Federal: R\$ 26.723,13.

■ **Previdência complementar.** O funcionário público que quiser uma renda mais alta terá a chance de participar de fundos de previdência complementar. Hoje, o modelo já é adotado por grandes empresas, como a Petrobras e Vale. Ao sair da ativa, o servidor teria direito a aposentadoria comum mais o rendimento extra garantido pelas contribuições ao fundo privado.

■ **Setores afetados.** As mudanças vão ser colocadas para todas as esferas públicas, como União, Estados e prefeituras.

■ **Quem vai entrar no novo modelo.** Serão incorporados ao novo modelo apenas os novos servidores.

Gasto com aposentados no setor público

Em todo o país, o gasto total é de R\$ 80 bilhões

O rombo é de em média R\$ 60 bilhões, mais do que o INSS (R\$ 47 bilhões)

União

▶ São usados R\$ 20 bilhões para pagar os funcionários inativos da União, cerca de 40% da folha de pagamento do funcionalismo público.

▶ R\$ 18 bilhões só para pagar os aposentados do poder executivo

▶ Cerca de R\$ 624 milhões são gastos no legislativo

▶ Os gastos com os aposentados do Judiciário são aproximadamente de R\$ 1,4 bilhão

▶ Ao todo, são 376.113 aposentados

Espírito Santo

No antigo modelo de gestão

- ▶ O governo do Estado gasta cerca de R\$ 107 milhões por ano com o pagamento de aposentados
- ▶ A arrecadação é de R\$ 38 milhões no modelo
- ▶ O governo precisa arcar com uma despesa de R\$ 69 milhões para pagar os aposentados
- ▶ São 24.810 mil inativos e 5.590 pensionistas

Novo modelo (fundos de capitalização)

- ▶ Os servidores que entraram após 2004 têm suas contribuições aplicadas no mercado financeiro
- ▶ Cerca de 6,6 mil estão enquadrados no novo modelo
- ▶ 7 segurados recebem o novo benefício
- ▶ Em seis anos, já existem aplicados R\$ 297 milhões

A Gazeta - Ed. de Arte - Ilvan

tados e municípios. A gestão das contribuições, assim como da iniciativa privada, serão administradas pelo INSS. A ideia inicial é de que todos os recursos sejam capitalizados.

As transformações, se aprovadas, vão atingir apenas os servidores que ainda vão ingressar no governo. Quem já está no funcionalismo terá ainda direito de receber aposentadorias compatíveis com a última remuneração. Também serão excluídos das alterações no sistema previdenciário os militares do Exército, Marinha e Aeronáutica. Eles continuarão regidos pelas regras atuais.

No novo modelo, os servidores vão contribuir com 11% sobre o teto do INSS e farão depósitos excedentes no fundo de previdência complementar da União. Com isso, além de receber o benefício da Previdência Social vão passar a ganhar um salário extra para compensar as perdas provocadas pela reforma previdenciária.



“Para evitar problemas maiores é necessária a criação de alternativas, como fundos complementares, pois a previdência pública está quebrada”

ARILTON TEIXEIRA
ECONOMISTA

Estado já tem novo modelo de contribuição

Reservas dos novos servidores são investidas no mercado financeiro. Modelo já incluiu 6,6 mil pessoas

■ Previendo problemas no sistema previdenciário, desde 2004, o governo do Estado passou a adotar um novo modelo de gestão das contribuições previdenciárias. Em vez de aplicar no pagamento dos aposentados, as reservas dos novos funcionários públicos são investidas no mercado financeiro.

No novo modelo de gestão, estão incluídos mais de 6,6 mil servidores. Segundo o presidente do Instituto de Previdência do Estado (IPAJM), Os-

valdo Hulle, esses servidores quando pedirem a aposentadoria terão seus benefícios retirados desse fundo de capitalização. “Hoje, nós temos aplicados mais de R\$ 297 milhões. Tudo que o trabalhador paga é investido. Esse dinheiro não é usado para pagar as atuais aposentadorias”, afirma.

No antigo modelo de gestão previdenciário, estão envolvidos 59 mil trabalhadores, apenas 36 mil estão em atividade. E o problema é que a arrecadação feita anualmente é de R\$ 38 milhões, valor insuficiente para arcar com a folha de pagamento dos inativos que chega a R\$ 107 milhões por ano. “Como não foi feita uma poupança, o governo do

Estado precisa bancar boa parte dos custos das aposentadorias e pensões. Quem ainda não reformulou o sistema encontrará grandes dificuldades no futuro”, acrescenta.

As prefeituras do Estado aguardam uma reforma previdenciária para mudar os modelos adotados. Na Serra, segundo o presidente do Instituto Previdenciário, Severino Alves da Silva Filho, já tem sido discutido uma proposta de aposentadoria complementar. “Ainda estamos numa situação cômoda. Temos 7 mil servidores em atividade e 1.324 aposentados. Nossa previsão é de que em 2011 vamos atingir 1,5 mil aposentados e 380 pensionistas”, destaca.